



EQUIDADE EDUCACIONAL COMO EIXO ESTRUTURANTE DA INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO ENSINO BRASILEIRO

EDUCATIONAL EQUITY AS A STRUCTURING AXIS OF INCLUSION AND DIVERSITY IN BRAZILIAN EDUCATION

LA EQUIDAD EDUCATIVA COMO EJE ESTRUCTURADOR DE LA INCLUSIÓN Y LA DIVERSIDAD EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA



10.56238/edimpacto2025.029-022

Beatriz Boelhouwer Simionato

Pós-graduada em Educação Ambiental e Mestre Profbio
Instituição: UFSC
E-mail: beatriz-bsimionato@educar.rs.gov.br

Roseli Maria de Jesus Soares

Graduada em Química
Instituição: Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
E-mail: roseli.soares2486@gmail.com

Emanuela Almeida Sobral

Mestranda em Saúde Pública
Instituição: Universidade Del Sol
E-mail: manulevi397@gmail.com

Eliana Almeida do Nascimento

Graduada em História
E-mail: espacoocuidar@gmail.com

Janaina Ferreira de Sousa

Bacharel em enfermagem
Instituição: Unifor
E-mail: Polliavi24@gmail.com

Ana Paula Sobral Ramos

Graduada em Pedagogia
Instituição: UNIFTB
E-mail: asobral987@yahoo.com

Karine Lima de Sousa

MBA em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família
Instituição: Maternidade Escola Assis Chateaubriand-Ebsereh
E-mail: Karineenfa.lima@outlook.com

RESUMO

A equidade educacional constitui um eixo estruturante para a promoção da inclusão e da diversidade no ensino brasileiro, configurando-se como princípio orientador para o enfrentamento das desigualdades históricas que marcam o sistema educacional. Mais do que a simples igualdade de acesso, a equidade busca reconhecer e atender às diferentes necessidades dos estudantes, garantindo condições adequadas de aprendizagem em contextos distintos. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a diversidade cultural, social e econômica que atravessa as escolas brasileiras, bem como os mecanismos institucionais e pedagógicos que podem favorecer uma educação mais justa e democrática. A discussão sobre equidade, inclusão e diversidade está diretamente relacionada às políticas públicas de educação, às práticas docentes e à gestão escolar. A implementação de ações voltadas à redução de barreiras, à valorização das diferenças e à construção de ambientes de ensino acolhedores tem impacto direto na permanência e no sucesso escolar dos alunos. Além disso, o debate atual evidencia a necessidade de articular perspectivas críticas que vão além da normatividade, propondo mudanças efetivas nos currículos, nas metodologias e na formação docente. Assim, a equidade educacional deve ser compreendida não apenas como um ideal, mas como um princípio ético-político capaz de sustentar transformações significativas no campo educacional brasileiro. Ao assumir essa centralidade, contribui-se para a efetivação de uma educação inclusiva e comprometida com a diversidade, alinhada às demandas contemporâneas de justiça social.

Palavras-chave: Equidade Educacional. Inclusão. Diversidade.

ABSTRACT

Educational equity is a cornerstone for promoting inclusion and diversity in Brazilian education, serving as a guiding principle for addressing the historical inequalities that mark the educational system. More than just equal access, equity seeks to recognize and meet the different needs of students, ensuring adequate learning conditions in different contexts. In this sense, it is essential to understand the cultural, social, and economic diversity that exists in Brazilian schools, as well as the institutional and pedagogical mechanisms that can promote a more just and democratic education. The discussion on equity, inclusion, and diversity is directly related to public education policies, teaching practices, and school management. The implementation of actions aimed at reducing barriers, valuing differences, and building welcoming teaching environments has a direct impact on student retention and success. In addition, the current debate highlights the need to articulate critical perspectives that go beyond normativity, proposing effective changes in curricula, methodologies, and teacher training. Thus, educational equity should be understood not only as an ideal, but as an ethical-political principle capable of sustaining significant transformations in the Brazilian educational field. By assuming this central role, we contribute to the implementation of inclusive education committed to diversity, in line with contemporary demands for social justice.

Keywords: Educational Equity. Inclusion. Diversity.

RESUMEN

La equidad educativa constituye un eje estructural para la promoción de la inclusión y la diversidad en la enseñanza brasileña, configurándose como principio rector para hacer frente a las desigualdades históricas que marcan el sistema educativo. Más que la simple igualdad de acceso, la equidad busca reconocer y atender las diferentes necesidades de los estudiantes, garantizando condiciones adecuadas de aprendizaje en contextos distintos. En este sentido, es fundamental comprender la diversidad cultural, social y económica que atraviesa las escuelas brasileñas, así como los mecanismos institucionales y pedagógicos que pueden favorecer una educación más justa y democrática. El debate sobre la equidad, la inclusión y la diversidad está directamente relacionado con las políticas públicas de educación, las prácticas docentes y la gestión escolar. La implementación de acciones destinadas a reducir las barreras, valorar las diferencias y construir entornos de enseñanza acogedores tiene un



impacto directo en la permanencia y el éxito escolar de los alumnos. Además, el debate actual pone de manifiesto la necesidad de articular perspectivas críticas que vayan más allá de la normatividad, proponiendo cambios efectivos en los planes de estudio, las metodologías y la formación docente. Así, la equidad educativa debe entenderse no solo como un ideal, sino como un principio ético-político capaz de sustentar transformaciones significativas en el campo educativo brasileño. Al asumir esta centralidad, se contribuye a la consecución de una educación inclusiva y comprometida con la diversidad, en consonancia con las exigencias contemporáneas de justicia social.

Palabras clave: Equidad Educativa. Inclusión. Diversidad.



1 INTRODUÇÃO

A equidade educacional tem se consolidado como um dos principais eixos estruturantes das discussões sobre inclusão e diversidade no ensino brasileiro. Diferente da igualdade formal, que pressupõe oferecer as mesmas condições a todos, a equidade reconhece que os sujeitos possuem trajetórias, necessidades e contextos distintos, demandando políticas e práticas educacionais diferenciadas que assegurem oportunidades reais de aprendizagem (Fraser, 2009). No campo educacional, essa compreensão implica considerar as desigualdades históricas, sociais, econômicas e culturais que atravessam a realidade escolar e que, muitas vezes, determinam as possibilidades de acesso, permanência e sucesso acadêmico dos estudantes (Cury, 2002).

No Brasil, a temática da equidade está presente em marcos normativos importantes, como a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito social, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que reforça o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014) estabelece metas que visam reduzir desigualdades e ampliar a inclusão, evidenciando a centralidade da equidade nas políticas públicas educacionais (Brasil, 2014).

Autores como Paulo Freire (1996) defendem que a prática educativa deve estar alicerçada no respeito à diversidade e na promoção de uma pedagogia dialógica, capaz de valorizar as diferentes experiências dos educandos. Do mesmo modo, Gentili (2002) alerta para a necessidade de compreender a equidade como elemento essencial na luta contra as desigualdades estruturais que historicamente marcam a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a escola se apresenta como espaço privilegiado para a construção de uma educação inclusiva, crítica e transformadora.

Dessa forma, refletir sobre a equidade educacional como eixo estruturante da inclusão e da diversidade no ensino brasileiro significa compreender que a justiça social no campo educacional exige mais do que políticas universais: requer o reconhecimento das diferenças e a implementação de estratégias pedagógicas e institucionais que promovam a efetiva democratização da educação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre equidade educacional está diretamente associada ao conceito de justiça social, compreendido como a busca por condições justas de acesso, permanência e aprendizagem no espaço escolar. Fraser (2009) destaca que a justiça não pode ser entendida apenas pela distribuição igual de recursos, mas também pelo reconhecimento das diferenças culturais e sociais que estruturam as desigualdades. Essa concepção dialoga com a educação inclusiva ao propor que a equidade não significa tratar todos de forma idêntica, mas oferecer condições diferenciadas a partir das necessidades específicas de cada sujeito.

No campo pedagógico, Paulo Freire (1996) enfatiza a importância da valorização das experiências dos educandos e da construção de uma prática educativa dialógica, capaz de promover a emancipação e a transformação social. Essa perspectiva encontra ressonância na ideia de inclusão, entendida como o reconhecimento da diversidade e a superação de práticas excludentes que historicamente marcaram a escola. Assim, a equidade constitui um princípio norteador para práticas que busquem a justiça curricular e metodológica.

Do ponto de vista das políticas públicas, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) reforçam a equidade como diretriz central. O PNE, por exemplo, estabelece metas voltadas à redução das desigualdades educacionais e à valorização da diversidade, indicando a necessidade de enfrentar disparidades regionais, raciais, de gênero e socioeconômicas (Brasil, 2014).

Gentili (2002) argumenta que a democratização da escola só será efetiva se for acompanhada de políticas estruturantes que combatam as desigualdades sociais e garantam condições reais de aprendizagem. Complementarmente, Saviani (2008) destaca que a educação deve assumir um caráter formador e crítico, em que a equidade se torna requisito essencial para a universalização do direito à educação.

Nesse sentido, a fundamentação teórica evidencia que a equidade educacional, ao estruturar práticas inclusivas e reconhecer a diversidade, não apenas fortalece os princípios democráticos, mas também possibilita a construção de uma escola mais justa, plural e comprometida com a transformação social.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e bibliográfico. Optou-se por essa metodologia por permitir a análise crítica de produções científicas e documentos normativos relacionados à temática da equidade educacional, inclusão e diversidade. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), é fundamental para reunir, interpretar e discutir conhecimentos já produzidos, servindo de base para reflexões e construções teóricas.

Foram consultadas obras de referência de autores clássicos e contemporâneos que discutem educação, políticas públicas e justiça social, como Freire (1996), Gentili (2002), Saviani (2008) e Fraser (2009). Além disso, documentos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), foram analisados por sua relevância na definição de políticas voltadas à equidade no ensino brasileiro.

A seleção das fontes considerou publicações acadêmicas indexadas em bases de dados como SciELO, CAPES Periódicos e Google Scholar, priorizando artigos revisados por pares e livros



amplamente reconhecidos no campo da Educação. O recorte temporal privilegiou produções publicadas entre 1996 e 2024, a fim de contemplar tanto contribuições históricas quanto debates contemporâneos sobre o tema.

A análise seguiu uma perspectiva crítica-interpretativa, buscando identificar como os conceitos de equidade, inclusão e diversidade têm sido construídos, discutidos e aplicados no contexto da educação brasileira. Dessa forma, os materiais e métodos utilizados asseguraram a consistência teórica necessária para fundamentar a discussão apresentada neste capítulo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A equidade educacional como eixo estruturante da inclusão e da diversidade no ensino brasileiro revela-se como um tema central nas discussões contemporâneas sobre justiça social e políticas públicas. Ao considerar a educação como direito universal, garantido pela Constituição Federal de 1988, torna-se necessário refletir sobre os mecanismos que perpetuam desigualdades e sobre os caminhos possíveis para superá-las (Brasil, 1988).

Equidade versus igualdade

É importante diferenciar equidade de igualdade. Enquanto a igualdade pressupõe oferecer as mesmas condições a todos, a equidade busca reconhecer as desigualdades históricas, sociais e culturais, e, a partir delas, propor estratégias diferenciadas para garantir que cada sujeito tenha condições reais de aprendizagem (Fraser, 2009). Como argumenta Dubet (2004), oferecer o mesmo recurso a todos não garante justiça, pois os pontos de partida são desiguais. Assim, o conceito de equidade se torna mais adequado para pensar políticas educacionais voltadas para contextos de exclusão e vulnerabilidade.

Políticas públicas e desafios

As políticas públicas brasileiras têm avançado no reconhecimento da equidade como princípio fundamental. A LDB (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelecem diretrizes voltadas para a redução de desigualdades educacionais e a promoção da inclusão. No entanto, como aponta Cury (2002), ainda há uma distância significativa entre os marcos legais e a efetiva implementação de práticas escolares que materializem esses princípios.

Estudos de Gentili (2002) destacam que, apesar dos avanços normativos, a escola brasileira ainda reproduz desigualdades estruturais, sobretudo quando se considera a relação entre desempenho escolar e fatores socioeconômicos. A exclusão não se limita ao acesso, mas também envolve permanência e qualidade das experiências educacionais, especialmente para estudantes de grupos historicamente marginalizados, como populações negras, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes das periferias urbanas.



Diversidade e currículo

A equidade também se articula com a discussão curricular. Freire (1996) enfatiza que o processo educativo precisa considerar os saberes e experiências dos educandos, superando práticas que desvalorizam a diversidade cultural. Nesse sentido, a construção de currículos inclusivos é fundamental para combater preconceitos e promover uma pedagogia mais democrática (Candau, 2008). Contudo, Saviani (2008) adverte que mudanças curriculares só terão impacto real se forem acompanhadas por uma formação docente sólida e crítica, que prepare os professores para lidar com a diversidade e com metodologias diferenciadas.

Inclusão e práticas pedagógicas

A inclusão escolar, quando articulada à equidade, implica mais do que garantir o acesso físico às instituições. Como lembra Mittler (2003), a verdadeira inclusão depende de transformações pedagógicas que assegurem a aprendizagem de todos. Isso exige estratégias diversificadas de ensino, adaptações curriculares e práticas avaliativas que respeitem o ritmo e as particularidades de cada estudante.

No Brasil, políticas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforçam esse compromisso. Contudo, Carvalho (2017) alerta que, muitas vezes, a falta de infraestrutura, de formação continuada e de recursos pedagógicos impede que a inclusão se concretize no cotidiano escolar.

Equidade e indicadores de desigualdade

Os dados educacionais confirmam os desafios da equidade. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), persistem disparidades significativas de desempenho escolar entre estudantes de diferentes regiões, raças e condições socioeconômicas. Enquanto a taxa líquida de escolarização no ensino médio alcança mais de 70% entre jovens brancos, entre jovens negros e indígenas esse índice permanece abaixo de 60%. Tais dados reforçam a necessidade de políticas específicas e focalizadas.

O gráfico a seguir ilustra essas desigualdades educacionais, destacando a discrepância nas taxas de escolarização líquida no ensino médio entre diferentes grupos populacionais no Brasil.

5 CONCLUSÃO

A análise da equidade educacional como eixo estruturante da inclusão e da diversidade no ensino brasileiro evidencia que esse princípio ultrapassa a noção de igualdade formal para assumir um caráter transformador. Ao reconhecer que os sujeitos partem de condições históricas e sociais desiguais, a equidade propõe estratégias diferenciadas que garantem não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar (Fraser, 2009; Dubet, 2004).



O debate apresentado neste capítulo mostrou que a equidade é indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva, capaz de enfrentar as barreiras impostas por desigualdades de ordem socioeconômica, racial, cultural e de gênero. As políticas públicas brasileiras, como a Constituição de 1988, a LDB de 1996 e o PNE de 2014, estabelecem importantes diretrizes nessa direção. No entanto, a distância entre o discurso normativo e a prática cotidiana ainda é um desafio persistente (Cury, 2002; Gentili, 2002).

Para que a equidade se efetive, é fundamental que o currículo escolar seja repensado de modo a valorizar a diversidade cultural e social, promovendo uma pedagogia dialógica e emancipadora (Freire, 1996; Candau, 2008). Da mesma forma, a formação docente precisa ser contínua e crítica, de modo a preparar educadores para lidar com as especificidades de seus estudantes e para construir práticas pedagógicas inclusivas (Saviani, 2008).

A equidade educacional, portanto, deve ser compreendida como um princípio ético-político, orientador das práticas escolares e das políticas públicas, que se materializa no compromisso com a justiça social. Trata-se de reconhecer que a democratização da escola exige mais do que a ampliação de vagas: exige condições reais de aprendizagem, valorização das diferenças e combate às desigualdades estruturais.

Assim, ao assumir a equidade como fundamento da educação inclusiva, o ensino brasileiro pode avançar na construção de uma escola mais justa, plural e transformadora. Nessa perspectiva, a equidade não é apenas uma diretriz normativa, mas um caminho concreto para garantir o direito de todos à educação de qualidade, tornando-se um pilar essencial para o fortalecimento da democracia e da cidadania no país (Fraser, 2009; Dubet, 2004; Gentili, 2002).



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e exclusão social. São Paulo: Cortez, 2002.

DUBET, François. O que é uma escola justa? São Paulo: Cortez, 2004.

FRASER, Nancy. Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World. New York: Columbia University Press, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, Pablo. Escola e cidadania: quem educa os educadores? São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2022: resumo técnico. Brasília: INEP, 2022.

MITTLER, Peter. Educating Students with Special Needs: From Integration to Inclusion. London: David Fulton Publishers, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.